

Correlação entre Aporte Financeiro Governamental e Desenvolvimento Educacional em Escolas Municipais de Manaus entre os Anos de 2012 A 2019

Ângela Tereza Castanheiro Amorim Franco¹

Jussara Tavares Marques²

Alcione Deodato de Souza³

Janismar Gomes Lacerda⁴

Frida Souza Frota⁵

Lauro Henrique da Silva Cardoso⁶

RESUMO

Uma das maiores reclamações no segmento da educação é a falta de investimentos e verbas para que as escolas possam alcançar suas metas educacionais e aumentar o desenvolvimento da comunidade estudantil. Contudo, ao se analisar esse processo a partir da perspectiva interna dos órgãos administrativo-financeiros, pode-se observar que há outras complexidades que levam as escolas municipais a perderem seus incentivos e fomentar seu desenvolvimento. Entre estas questões estão a falta de capacitação da própria escola em atender os requisitos necessários para terem acesso aos recursos governamentais. Este cenário remete a um problema de gestão que tem sido recorrente ao longo dos anos em que a autora atua na Secretaria Municipal de Manaus – SEMED. O presente artigo trás suas considerações a partir do diálogo com as teorias de educadores como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, que defendem a filosofia da Educação Integral como forma de produtividade escolar. Bem como Muller e Surel, que vêem as políticas públicas como programas de ação pública, isto é, —dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos. E no bojo desta filosofia, também o artigo se baseia em Souza evocando a relação intergovernamental como instrumento desse processo. Metodologicamente este artigo se respalda foi empregado o enfoque quantitativo, no qual a quantificação está relacionada ao instrumento de coleta e análise, cruzando a problemática com a hipótese estabelecida previamente. Assim, a presente tese busca relatar de forma objetiva a correlação entre o aporte financeiro governamental e o desenvolvimento educacional das escolas municipais na cidade de Manaus – Amazonas – Brasil.

Palavras-chaves: 1. Escolas Municipais. 2. Gestão Escolar. 3. Aporte Financeiro Governamental.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o debate social e educacional no cenário brasileiro vem diversificando cada vez mais as possibilidades quanto à eficiência e eficácia da escola pública em todos os seus segmentos. E no mundo pós pandemia, onde os aspectos financeiros, políticos,

1. Doutora do Curso de Ciências da Educação da Universidad San Lorenzo – Unisal, PY, angela.franco@semed.manaus.am.gov.br;

2. Mestre do Curso de Ciências em Educação da Universidad de La Integración de Las Américas-UNIDA, jussara.marques@semed.manaus.am.gov.br;

3. Mestre do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas-UEA, alcione.souza@semed.manaus.am.gov.br;

4. Mestre do Curso de Ciências em Educação da Universidad de La Integración de Las Américas-UNIDA, janismar.lacerda@semed.manaus.am.gov.br;

5. Mestre do Curso de Ciências em Educação da Universidad de La Integración de Las Américas-UNIDA, frida.souza@semed.manaus.am.gov.br;

6. Professor orientador: Doutor em Ciências da Educação, Universidade San Lorenzo, PY, Faculdade Ciências - UF, lauro.hc@hotmail.com.

econômicos e sociais estão exacerbados pela parada que a Covid19 e suas cepas variantes impuseram a todo globo, muitos conceitos sobre a gestão e/ou a falta de gestão, por assim dizer, vem à tona com maior impacto.

Antes da pandemia já se avaliava as necessidades de manutenção e investimento sobre a educação brasileira. É notório que diversas instituições públicas federais tiveram suas verbas reduzidas e até mesmo suspensas por conta de desígnios políticos do atual governo. Porém, toda a estrutura administrativa também sofreu pela suspensão de projetos que visavam a melhoria da eficiência da educação pública. E entre estes projetos, estavam programas como a revisão da gestão dos aportes financeiros para as entidades escolares. Já era sabido que muitas escolas ficavam de fora de inúmeros investimentos que poderiam consolidar mudanças importantes no rank do MEC em todo o território brasileiro.

Os questionamentos sobre a educação tem sido uma constante, pois ela aponta, quando bem sucedida, para o desenvolvimento social e econômico do país e resultados positivos para o governo no investimento da educação. Para muitos a Educação tem sido a peça-chave para provocar mudanças de comportamentos que possam refletir uma sociedade com um futuro promissor, mas ao mesmo tempo para a possibilidade de desfrutar de uma boa qualidade de vida, com pessoas bem colocadas no mercado de trabalho e capazes de provocar mudanças.

Contudo, também é notória que uma das grandes reclamações da educação é a falta de investimentos e verbas para que as escolas pudessem atingir suas metas educacionais de maneira mais exitosa. Entretanto, ao se analisar esse processo por dentro da estrutura administrativa-financeira dos órgãos coordenadores desses recursos, encontra-se inúmeras situações nas quais as escolas “perderam” incentivos importantes, reprogramando para o ano posterior ou simplesmente desistindo de pleitear tais recursos nos órgãos competentes.

Ter um comprometimento racional e democrático com os recursos repassados pelo Governo brasileiro vai além das primordiais razões de apenas quantificar estudantes ou apenas pensar dar uma melhor condição para as gerações futuras, aparecem necessidades mais atuais como comprometimento das instituições e da sociedade como um todo, ética, competência, capacidade de empregar corretamente os recursos, entre outros.

Assim, surge de fato uma pergunta que não quer calar: se a principal reclamação das escolas brasileiras é a falta de investimentos e verbas para a melhoria e a boa manutenção das escolas públicas, porque tantos recursos e incentivos são negligenciados para estes fins? – Ao se observar recursos sendo reprogramados ou devolvidos à união em detrimento de tantas necessidades da escola, inevitavelmente supõe-se que haja outra razão para que estes recursos não cumpram seu destino, já que se encontram em disponibilidade e as escolas tem perdido,

devolvido ou simplesmente não solicitam para as necessidades das mesmas sejam satisfeitas, sejam estas na esfera da manutenção pura e simples de equipamentos e produtos de conservação e limpeza, ou para suas metas educacionais de melhoria do ensino público.

A tese trata sobre a causa da gestão financeira escolar (ou a falta dela) e os recursos financeiros de programas governamentais que são destinados às escolas da Rede pública de Manaus. Sendo esta pesquisa originariamente desenvolvida durante os períodos de prestação de Contas desde os anos de 2015 até 2019; e pela viabilidade do posto que ocupo na Gerência de Análise e Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Educação do Município de Manaus – SEMED, a qual desenvolve trabalho específico como EEx, sobre a Prestação de Contas de Recursos Federais recebidos pelas escolas municipais, acompanhando a gestão financeira escolar como política pública: analisando os procedimentos legais e administrativos, das escolas da rede pública municipal junto ao FNDE, entidade que financia os programas.

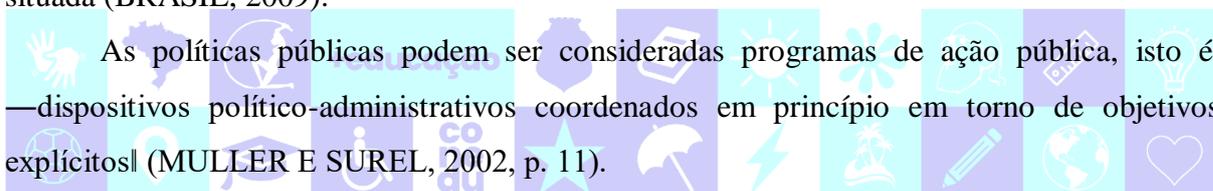
REFERENCIAL TEÓRICO

Após aprovada a Constituição Federal de 1988, abriu-se um leque de caminhos para os debates e as demandas do povo brasileiro. Dando continuidade as lutas da sociedade brasileira em 1990 foram construídas e aprovadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990) e em 1996 foram estabelecidas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Educadores, como Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, debatiam e lutavam em favor da Educação Integral. Defendiam um projeto educacional que contemplasse espaços significativos para os processos de socialização e de construção do conhecimento, promovendo a formação integral do ser humano.

Contudo, esse projeto educacional não se tratava de apenas algumas horas a mais na escola diariamente, mas sim em uma —Escola Integral de horário integral. Portanto, falar sobre Educação Integral implica considerar a questão das variáveis tempo, com referência à ampliação da jornada escolar, e espaço, com referência aos territórios em que cada escola está situada (BRASIL, 2009).

As políticas públicas podem ser consideradas programas de ação pública, isto é, —dispositivos político-administrativos coordenados em princípio em torno de objetivos explícitos (MULLER E SUREL, 2002, p. 11).



Como dispositivos político-administrativos, exigem mobilização, para decisões e ações, e, por isso, têm uma dimensão de concretude, de tradução de prescrições em atos para manter ou alterar uma situação. As políticas públicas podem ser vistas como processos através dos quais são elaboradas as representações que uma sociedade constrói para compreender e agir sobre o real, tal qual ele é percebido (MULLER, 2006).

Deste modo, as apólices compreendidas como espaços de construção de sentido, não podem ser reduzidas a um conjunto de estratégias organizacionais, são um elemento da participação política, junto a modos tradicionais dessa participação, como o voto ou a militância política.

Segundo Souza (2002), a noção de relações intergovernamentais diz respeito às conexões entre diferentes níveis de governo. Seu estudo requer olhar para os arranjos administrativos e legais que regem essas relações e, igualmente, levar em conta a compreensão de como os conflitos são negociados, ou seja, a negociação política entre os grupos, com ênfase para os atores situados nas diferentes esferas de governo previstas no federalismo brasileiro. O ordenamento constitucional-legal é uma referência, como também o são os conteúdos das políticas e as sistemáticas que se estabelecem na implementação das políticas intergovernamentais.

Rumo a isso, para enfrentar o desafio de superar a fragmentação do conhecimento escolar, é preciso investir na articulação entre as atividades pedagógicas da sala de aula com os da vida na família, no bairro e na cidade, por meio do uso dos equipamentos públicos e das práticas universitárias. A atuação dos profissionais da educação deve não se limitar aos espaços tradicionais da escola. Ou seja, a Educação Integral não se restringe a ampliação do tempo que a criança passa na escola. Ela diz respeito à possibilidade de integração daquilo que ocorre na escola com outras ações educativas, culturais e lúdicas presentes no território e vinculadas ao processo formativo (BRASIL, 2013).

O aporte financeiro é essencial para o progresso da Educação brasileira por isso, programas que fomentam tal objetivo como, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas, e privadas de educação especial, que possuam alunos matriculados na educação básica,

Os recursos financeiros do PDDE destinam-se a beneficiar:

I. Escolas públicas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, que possuam alunos matriculados na educação básica, de acordo com dados extraídos do censo escolar, realizado pelo Ministério da Educação (MEC), no ano anterior ao do repasse;

II. Polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que ofertem programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica; e

III. Escolas privadas de educação básica, na modalidade de educação especial, recenseadas pelo MEC no ano anterior ao do repasse, mantidas por entidades definidas na forma do inciso III, do art. 5º.

Destinação dos Recursos: [...].

O Programa Novo Mais Educação, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes.

METODOLOGIA

Foi empregado o enfoque quantitativo, pois visou classificar os dados a partir da utilização de técnicas estatísticas, tais como tabelas e gráficos, permitindo a medição de prováveis relações entre variáveis. Partindo de uma perspectiva científica, a quantificação está relacionada ao instrumento de coleta e análise, cruzando a problemática com a hipótese estabelecida previamente (MARCONI & LAKATOS, 2017, p. 97).

A amostra de prestação de contas das escolas será Probabilística, Causal e Estratificada, pois em cada DDZ – Divisão Distrital por Zona do município se selecionará todas as escolas participantes do PDDE Educação Integral que reprogramou ou devolveu recurso. E caracteriza-se da seguinte forma:

- A mostra foi tomada de 100% das Escolas;
- Identificados os quantitativos de escolas por DDZ;
- Identificados os quantitativos de escolas que entraram o ano de 2013 a 2019 com créditos em suas Contas Correntes por DDZ;
- Identificadas as notas do IDEB por DDZ;
- Identificadas os quantitativos de escolas que fizeram devolução de recursos para FNDE através de GRU, por utilização inadequada de recursos repassados ou por encerramento de conta.



Tabela 1- Escolas do Município de Manaus - Divisões Distritais por Zonas (DDZ)

Ordem	DDZ	Nº	DE
-------	-----	----	----



		ESCOLAS
I	SUL	68
II	OESTE	83
III	NORTE	62
IV	CENTRO-SUL	52
V	LESTE I	71
VI	LESTE II	70
VII	RURAL	84
TOTAL		490

Fonte: GAPC/SEMED 2017/Elaboração própria.

- Foram selecionados Colaboradores e Gestores do Departamento de Planejamento – DEPLAN e Gerência de Acompanhamento da Prestação de Contas – GAPC da Secretaria de Educação do Município de Manaus.

- Escolas do Município de Manaus:

Tabela 2 - Colaboradores da Pesquisa

Nº	CARGO	SETOR	QUANTI-TATIVO
1	Anal. Prest. de Contas	GAPC	8
2	Gerente	GAPC	1
3	Assessor	DAM	2
4	Gerente	DAM	1
5	Gerente	DAGE	1
6	Diretor	DEPLAN	1

Fonte: GAPC/SEMED 2017/Elaboração própria.

Conforme Alvarenga (2012), os resultados estão apresentados de forma mista e suas inferências e interpretações analisadas através do aspecto descritivo, em observância com a hipótese levantada e as variáveis correlacionais, da seguinte maneira:

- Quantitativamente: em quadros e gráficos, expressados através de técnicas estatísticas e programas de informática. Qualitativamente: em quadros descritivos de maneira narrativa. Também foi guardada a intimidade das pessoas envolvidas na investigação (a norma universal é o princípio do respeito às pessoas), cujo consentimento foi obtido de maneira legal.

- Foram garantidos: o direito ao sigilo e anonimato, a ausência de ônus ou bônus decorrentes da participação dos atores amostrais, o direito à desistência a qualquer momento de participar da pesquisa sem que venha a trazer qualquer prejuízo para o resultado.

- Os participantes foram informados a partir de um termo de esclarecimento de livre participação na pesquisa, resguardando a identidade e o sigilo dos mesmos, inclusive de imagem, não condicionando a retirada de qualquer dos investigados, a multa, prejuízo financeiro ou judicial.

A pesquisa foi realizada nas seguintes etapas:

- Etapa 1: Buscou-se em livros e artigos para o levantamento teórico;

- Etapa 2: Foi realizado o levantamento documental a respeito do tema tratado. Após a realização dos levantamentos documentais os dados foram analisados e extraídos dados para geração de tabelas e gráficos; logo após, os dados serão tabulados, transformados em percentuais e gerados tabelas e gráficos demonstrativos no software Excel.

- Etapa 3: Os dados foram analisados mediante comparação com a literatura especializada sobre o assunto; também foram colhidas informações de diversos departamentos da secretaria e de companheiros de trabalho. Para que posteriormente se formulasse um juízo.

- Etapa 4: Com base descrição das etapas anteriores, onde se realizou uma análise qualitativa dos dados quando colhemos as informações e as examinamos - método indutivo. Assim como também, por se tratar de levantamentos de dados concretos e numéricos, consolidadas como uma pesquisa que utiliza o método dedutivo.

- Classificação da pesquisa resultante foi: Investigação quanti-qualitativa, de nível descritivo/explicativo. Trata-se de uma investigação documental que visa explicar a devolução de recursos repassados pelo governo federal ao Município de Manaus e buscar possíveis soluções para essa problemática. O Método da Investigação foi de categoria Dedutivo/Indutivo.

- Classificação da Investigação (Meios) Documental e Estudo de Caso. A Investigação segundo a sequência de Tempo foi longitudinal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As informações quantitativas coletadas do Programa PDDE Educação integral (PME Mais Educação) no ano de 2012 representam:

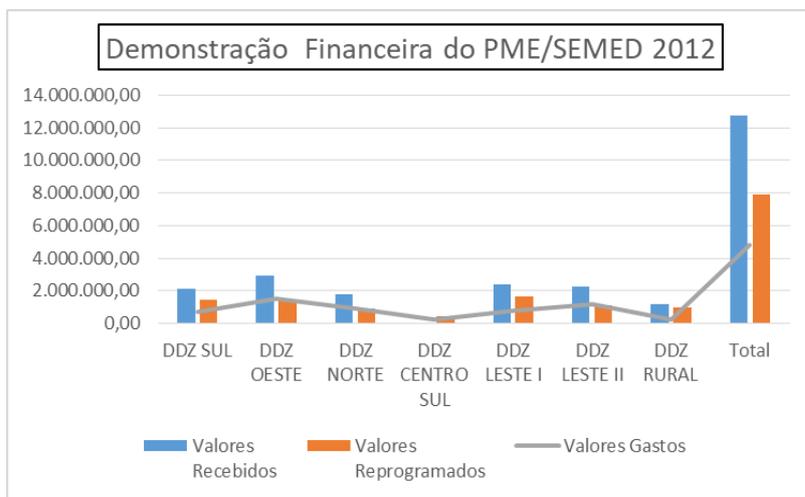


- O montante de recursos para atendimento das Escolas Municipais de Manaus do advindos de saldo anterior e repasse do FNDE para o período R\$12.272.734,32, o que representa 100% dos recursos;

- O montante de recursos para atendimento das despesas das escolas para o período foi de R\$ 4.838.298,75, o que representa 32,6% dos recursos;

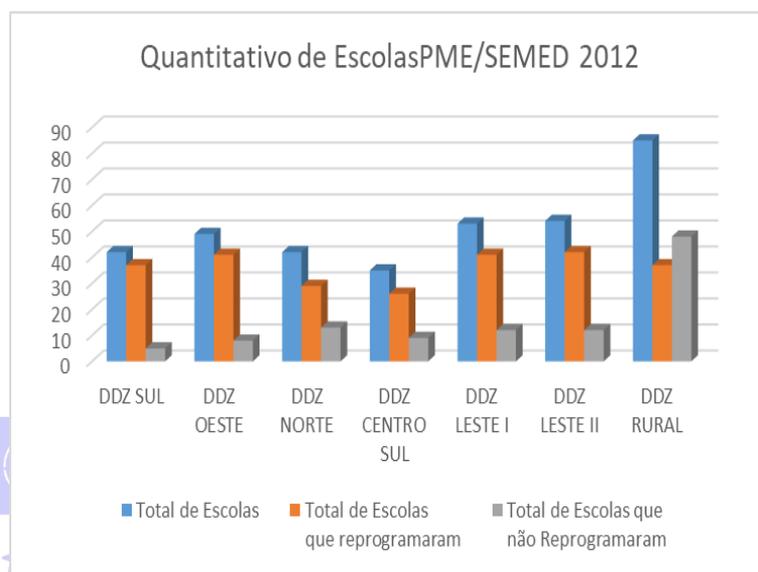
- O montante de recursos remanescentes de 2012 reprogramados para o ano seguinte, isto é, 2013 foram de R\$ 7.889.435,57, o que representa 67,46% dos recursos.

Gráfico 1 – Demonstração Financeira PME/SEMED 2012



Fonte: GAPC/SEMED 2017/Elaboração própria.

Gráfico 2 – Quantitativo de Escolas PME/SEMED 2012



Fonte: GAPC/SEMED 2017/ Elaboração própria.

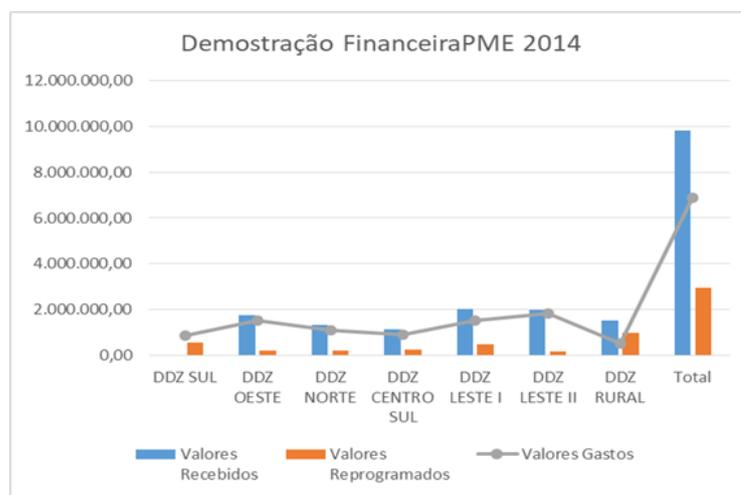
O gráfico 1 faz uma relação denexo causal com o gráfico 2 e demonstra estes movimentos, comprovando devolução por parte da escola dos recursos solicitados, transferidos automaticamente para o ano posterior. Esse fato é demonstrado contabilmente pela comparação do exercício demonstrativo de 2011 e verificado sua contundência contábil na expressão gráfica de 2012. Por isso é possível comprovar a perspectiva de uso subnotificado.

O montante de escolas participantes do programa 360, o que representa 100%;

O montante de escolas participantes do programa que não reprogramaram recursos foi de 107, o que representa 29,8%;

O montante de escolas participantes do programa que reprogramaram recursos foi de 253, o que representa 70,2%.

Gráfico 3 - Demonstração Financeira PME 2014



Fonte: GAPC/SEMED 2017/Elaboração própria.

O montante de recursos para atendimento das Escolas Municipais de Manaus do advindos de saldo anterior e repasse do FNDE para o período R\$ 9.812.841,97, o que representa 100% dos recursos;

O montante de recursos para atendimento das despesas das escolas para o período foi de R\$ 6.870.333,70, o que representa 70% dos recursos;

O montante de recursos remanescentes de 2012 reprogramados para o ano seguinte, isto é, 2013 foram de R\$ 2.942.508,27, o que representa 30% dos recursos. O montante de escolas participantes do programa foi de 346, o que representa 100%;

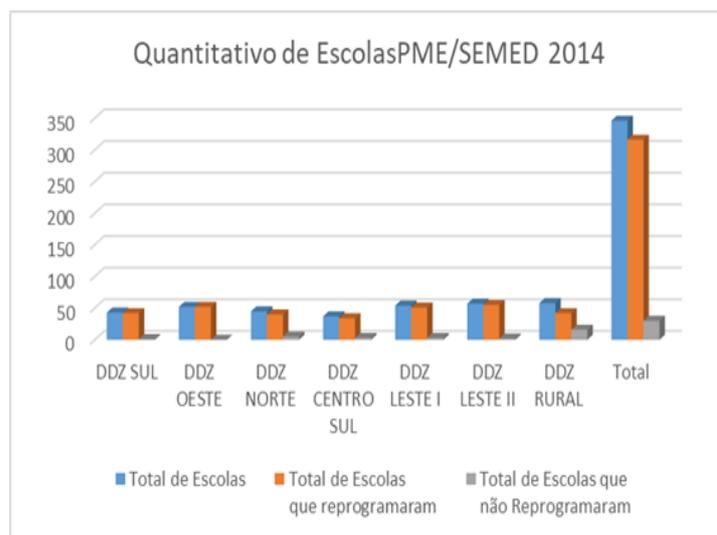
O montante de escolas participantes do programa que não reprogramaram recursos foi de 30, o que representa 8,67%;

O montante de escolas participantes do programa que reprogramaram recursos foi de 316, o que representa 91,33%.

Para o período de 2014 houve melhora nos índices em comparação ao ano de 2012, porém, com muito pouco crescimento. Em média as escolas tiveram crescimento de 0,2 a 0,3 %.

Observação: os recursos seguem ciclos de 2 em 2 anos, ou seja, os anos pares são aqueles onde as escolas pleiteiam estes recursos para a utilização nos dois anos subsequentes. Contudo, a reprogramação não é um processo desejável ou normal, mas sim uma anormalidade.

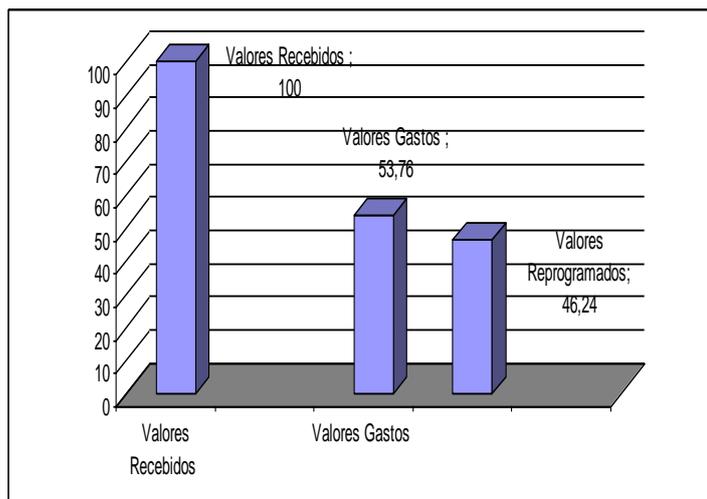
Gráfico 4 – Demonstração de Quantitativo de Escolas na Prestação de Contas PME 2014



Fonte: GAPC/SEMED 2017/ Elaboração própria.

Gráfico 5 - Demonstração Financeira da Prestação de Contas PME 2018.



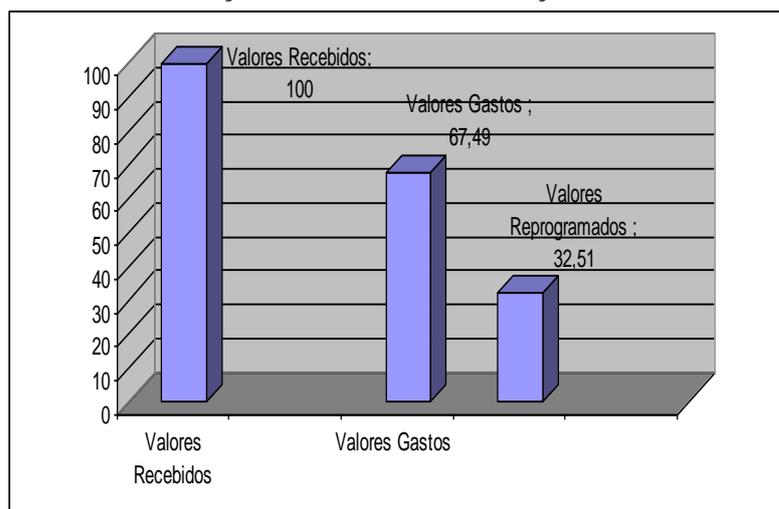


Fonte: GAPC/SEMED 2020/ Elaboração própria.

Neste ponto, passamos para uma análise do ano de 2018, visto que de 2015 para 2018, foram modificados os procedimentos de obtenção de recursos, oferecendo às escolas um novo formato de solicitação, mais informatizado e mais simplificado com o intuito de melhorar o processo de aquisição e baixar os valores reprogramados.

Entre os anos 2105 até 2017, foram executados por parte da SEMED através de sua coordenação, diversas intervenções de natureza tecnológica, de gestão e de orientação às escolas que reprogramavam regularmente.

Gráfico 6 - Demonstração Financeira da Prestação de Contas PME 2019.



Fonte: GAPC/SEMED 2020/ Elaboração própria.

E é nítido a observação da redução do percentual de valores reprogramados, demonstrando mais uma vez que a inserção da tecnologia e o trabalho junto às escolas de

forma a orientá-las no procedimento não somente de solicitação, mas utilização racional desses recursos, a resposta vem no gráfico 6.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



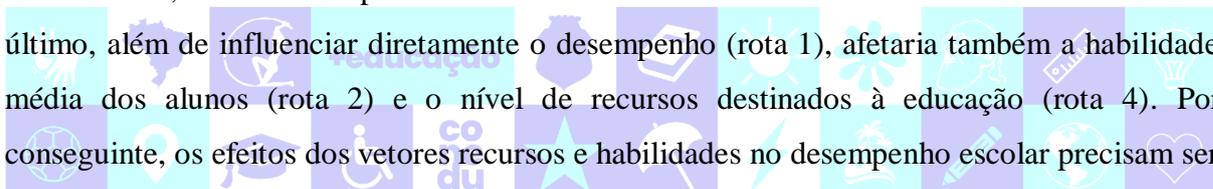
Uma análise sobre a questão da participação dos responsáveis pelas Unidades Executoras em uma relação direta com a gestão administrativa e financeira dos recursos repassados pelo FNDE e participação no levantamento com resultados satisfatórios dos indicadores de desenvolvimento da escola nos remete ao significado de qualidade, eficiência, eficácia, ética e outros. Para um gestor escolar contemporâneo competência é criar na escola um ambiente que estimule a aprendizagem e o desenvolvimento de mecanismos necessários para a melhoria dos processos educacionais e seus resultados.

De acordo com Lüdke (2013) é importante que o gestor promova orientação de ações segundo o espírito construtivo de superação de dificuldades e desafios, com foco na melhoria contínua dos processos pedagógicos voltados para a aprendizagem e formação dos alunos.

Segundo Raif (2015) a gestão pedagógica é um processo articulado que envolve todos os profissionais que atuam na escola e o comprometimento do desempenho de suas funções. Dessa forma o gestor poderá desenvolver estratégias, métodos, esforços, recursos e ações voltadas para os resultados educacionais pretendidos e voltados para os indicadores. Necessariamente entendendo que esses resultados apresentados podem servir de base e ser capaz de identificar e corrigir determinadas insuficiências no processo ensino-aprendizagem dos alunos.

Neste sentido, o mapeamento dessa realidade contribui para um melhor diagnóstico de como estão nossas escolas. Portanto, é importante que os gestores conheçam e discutam o papel e as finalidades das avaliações externas, com o intuito de compreender as práticas pedagógicas, administrativas e financeiras adotadas por eles, com base nos resultados dessas avaliações do desempenho da escola.

Nesta formulação, o desempenho escolar é influenciado por três vetores: recursos educacionais, habilidades prévias dos estudantes e características socioeconômicas. Este último, além de influenciar diretamente o desempenho (rota 1), afetaria também a habilidade média dos alunos (rota 2) e o nível de recursos destinados à educação (rota 4). Por conseguinte, os efeitos dos vetores recursos e habilidades no desempenho escolar precisam ser



avaliados com cautela, porque conteriam também uma carga de influência indireta das condições socioeconômicas.

Assim, para se extrair a influência pura desses dois vetores nos resultados de testes de avaliação de aprendizado, seria imprescindível mensurar o quanto de seus efeitos é decorrente das características socioeconômicas dos estudantes.

(*) Gestor não fazendo um planejamento adequado a sua execução nem sempre é um erro do gestor, sabemos que pode haver imprevistos que afetam a escola como queima de equipamentos, ocorrências de influências climáticas (enxurradas, alagamentos, queima de equipamentos por intercorrências elétricas), etc.

Também é preciso que as instituições governamentais envolvidas na fomentação do desenvolvimento da educação brasileira se esforcem na superação dos obstáculos elaborando estratégias eficazes e eficientes para isso.

Para Teixeira (1957) é Obrigatória, gratuita e universal, a educação só poderia ser ministrada pelo Estado. Impossível deixá-la confiada a particulares, pois estes somente podiam oferecê-la aos que tivessem posses (ou a —protegidos!) e daí operar antes para perpetuar as desigualdades sociais, que para removê-las. A escola pública, comum a todos, não seria, assim, o instrumento de benevolência de uma classe dominante, tomada de generosidade ou de medo, mas um direito do povo, sobretudo das classes trabalhadoras, para que, na ordem capitalista, o trabalho [...] não se conservasse servil, submetido e degradado, mas, igual ao capital na consciência de suas reivindicações e dos seus direitos.

Como foi citado na introdução deste trabalho, que a educação quando alcança seus melhores resultados aponta para uma sociedade bem sucedida econômica e social, pois é um instrumento para a diminuição das desigualdades sociais, hoje demais observadas em nosso imenso Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2012.

BRASIL. Lei n. 9.131, de 24 de novembro de 1995. **Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 25 nov. 2010.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do Estado**. Brasília, DF: MARE. 1995

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Regimento interno. Brasília, DF: MEC/FNDE. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. ENEM: seu futuro passa por aqui. Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. ENEM: documento básico. Brasília, DF.: MEC/INEP. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Informe dos resultados comparativos do SAEB 1995, 1997 e 1999**. Brasília, DF: INEP. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. O que é um projeto educacional? Brasília, DF: MEC/FNDE, 2000a Disponível em: <www.fnde.gov.br> Acesso em: ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Integral**: texto referência para o debate nacional – Série Mais Educação. Brasília: MEC/SECADI. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo**. Resolução nº 34, de 06 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2016>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo**. Resolução nº 29, de 11 de julho de 2007. Estabelece os critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2007>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Conselho Deliberativo. Resolução nº 10, de 18 de abril de 2013**. Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. (2016). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo**. Resolução nº 40, de 16 de outubro de 2013. Altera o

Parágrafo 5º do Artigo 4º da Resolução nº 34, de 6 de setembro de 2013 que destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2016>>. Acesso em: 09 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. (2016). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Conselho Deliberativo. Resolução nº 02, de 14 de abril de 2016. Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Mais Educação. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/legres-2016>>. Acesso em: 26 de ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. (2016). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Conselho Deliberativo. Resolução nº 05, de 25 de outubro de 2016. Destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, Programa Novo Mais Educação. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2016>>. Acesso em: 23 de nov 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. (2017). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo**. Resolução nº 08, de 16 de dezembro de 2016. Altera as Resoluções nºs 10, de 18 de abril de 2013, e 16, de 9 de dezembro de 2015, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CD/FNDE), e dá outras providências. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/legres-2016>>. Acesso em: 04 de mai. 2022a.

BRASIL. Ministério da Educação. (2017). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Conselho Deliberativo. Resolução nº 09, de 19 de julho de 2017. Altera dispositivos da Resolução CD/FNDE no 5, de 25 de outubro de 2016, do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que regulamenta a política educacional Programa Novo Mais Educação - PNME. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/leg-res-2016>>. Acesso em: 26 de ago. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação. **Relatório Nacional do Sistema de Avaliação do Ensino Básico de 1990**. Brasília, DF, 1991.

BRASIL. Ministério de Educação. (2000). **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Manual de assistência financeira a projetos educacionais. Brasília, DF: Ipea. (Texto para Discussão, 1265). Brasília, DF: MEC/FNDE, 2000b.

CHAGAS, M. A. M. das; Silva, R. J. V., Souza, S. C. (2012). **Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro: contribuições para o debate atual**. In: MOLL, Jaqueline (et al.). Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre, 2012.

LÜDKE, M. e André, M.E.D.A. (2013) **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU.

MULLER, P; Surel, I. (2202). **Análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT.

MULLER, Pierre. (2006). *Les politiques publiques*. Paris: PUF.

SOUZA, C. (2002). **Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e descentralização**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 7, n. 3, pp. 431 – 442.

RAIF, M. S.de L. (2016). **Política de Resultado e Bonificação: um estudo de caso em três escolas da coordenadoria distrital 3 do Estado do Amazonas, Amazonas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

TEIXEIRA, A. (1957). **A Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: José Olympio. *The national commission on excellence in education. A nation at risk: the imperative for educational reform*. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, (1983).

